



IV Colóquio de História da Educação

OS MODELOS ESCOLARES EXISTENTES NA REFORMA DO ENSINO DE VIDAL RAMOS

Experiências de preservação da memória escolar.

Marcos Juvêncio de Moraes¹ - marcosjmoraes@gmail.com

1 Introdução

Em Santa Catarina no início do século XX, com o advento da República, ansiava-se por uma reforma social e do sistema de ensino, e os discursos existentes, entre governos e pedagogos, criticavam as condições precárias em que se encontravam o ambiente urbano e as escolas públicas. Objetiva-se moldar a sociedade aos contornos da modernidade, desprezando o modelo arcaico de sociedade colonial.

O estado de Santa Catarina exibia fortes contornos coloniais, e liderados por uma elite “educada”, desejavam superar a realidade em atraso (pelo menos em relação a sociedades europeias) e avançar em direção aos modernos padrões burgueses de urbanização e de organização social.

A escola, que foi inicialmente implantada, a partir deste período, vai tentar se tornar a vitrine da modernidade republicana, apontando os muitos defeitos da organização e estrutura do precário sistema de ensino existente. A falta de espaço adequado, as más condições de higiene e de material pedagógico, má formação dos professores, a falta de fiscalização escolar, foram alguns dos muitos problemas apontados. O problema educacional foi intensamente exaltado, desde as instalações prediais, incluindo as ultrapassadas metodologias devido à falta de profissionais adequados para um ensino com qualidade.

Produziu-se um discurso de desconstrução da velha pedagogia escolar e que não atendia mais as necessidades da sociedade moderna que estava se implantando. "Assim como foi preciso destruir a velha cidade para construir a cidade moderna, a escola deveria destruir as marcas de outras práticas socioculturais nos corpos e mentes das crianças para forjar um homem novo, para uma nova cidade" (TEIVE, 2008, p. 94-95).

¹ Doutorando em História pelo PPGH da PUCRS, bolsista CAPES.



IV Colóquio de História da Educação

Muito por conta disto, os discursos governamentais apontavam para a necessidade de mudanças no aparelho escolar catarinense, e assim em 1911 foi empreendida uma ampla reforma do ensino pelo governador Vidal Ramos.

2 A estrutura escolar Escolas

O projeto republicano de reformulação da Instrução Pública, desenvolvido por Caetano de Campos no estado de São Paulo ganhou adeptos por outros cantos da federação brasileira. Em Santa Catarina, este projeto serviu como referência para muitas modificações na estrutura do ensino, implantado durante o governo de Vidal Ramos e sob os cuidados do pedagogo paulista Orestes Guimarães. Circularam informações de que os novos modelos de escolas eram mais baratos e geravam economia para o estado (PROCHNOW, 2009, p. 172, 173).

De acordo com a coleção de decretos do governo do estado catarinense de 1911, o decreto de número 585 resolveu reorganizar o aparelho de ensino público, a partir do Regulamento da Instrução Pública primária do estado, que estabelecia a distribuição do ensino público em: Escolas Ambulantes, Escolas Isoladas, Grupos Escolares e Escola Normal (RELATÓRIO, 1911, p. 65; DECRETO, 1911, p. 82). E ainda segundo o mesmo Regulamento, as escolas primárias ficaram subdivididas em: Grupos Escolares, Escolas Preliminares, Escolas Intermediárias e Escolas Provisórias (RELATÓRIO, 1911, p. 66). Contudo, estas diversas nomenclaturas das escolas estaduais não foram comentadas durante os relatórios de 1912 e 1914, aos quais analisamos para escrever este trabalho. Os textos referem-se, principalmente, às Escolas Isoladas e aos Grupos Escolares, que tratavam do ensino primário, e Escolas Complementares e Escola Normal, que tratavam do ensino profissional. As poucas definições encontradas sobre as escolas preliminares e intermediárias demonstram que as primeiras seriam regidas por normalistas e as segundas por não normalistas, mas por efetivos ou vitalícios. Estas escolas teriam duração de 3 anos, e a grade curricular era composta por disciplinas como leitura, caligrafia, linguagem, contas, princípios de geografia e história, educação cívica, canto e ginástica. Quanto às escolas provisórias, também teriam cursos de 3 anos, contando com as mesmas disciplinas, exceto história, educação cívica e ginástica (RELATÓRIO, 1911, p. 66). Sem mais informações sobre



IV Colóquio de História da Educação

estas escolas, iremos aprofundar as discussões abordando os quatro tipos principais de escolas da reforma de 1911, e mais comentadas pelos relatórios governamentais.

3 Grupos escolares

Os grupos escolares constituíram-se numa forma escolar eminentemente urbana, o que aponta para o fato de que o ideal republicano de civilização por meio da educação escolar em grupos escolares não alcançou uma parcela significativa da população catarinense (TEIVE, ANO, p. 211).

Os Grupos Escolares eram um dos símbolos da reforma de 1911, e neste momento, em Santa Catarina, havia um esforço real e um planejamento, por parte do governo, em implantar este modelo de escola. "Na concepção dos Grupos Escolares estavam refletidas características políticas, legais e administrativas que se materializavam numa estrutura técnico-pedagógica" (SILVA, ANO, p. 180). Os grupos escolares passaram a ser considerada a vitrine da educação republicana, representando um modelo político-educacional e contemplando apenas uma parcela pequena da população, sobretudo as elites estaduais. Faziam parte de um processo de modernização dos centros humanos, da higienização e da marginalização das camadas mais pobres da população. Deste modo, nas cadeiras destas escolas sentavam os mais abastados catarinenses, e torna-se compreensível, a partir deste fato, que os grupos escolares possuíssem um aparato tecnológico muito superior às escolas isoladas de todo o estado.

Segundo relatório de 1911, todo grupo escolar deveria ter 4 classes (salas de aula) para a sessão masculina e 4 para feminina, com 45 alunos em cada classe, totalizando 360 alunos. Caso houvesse um maior número de alunos e a estrutura do prédio escolar fosse adequada, poderia haver desdobramentos das classes. Para as matrículas estava estabelecido que a idade mínima fosse 7 anos e que as crianças tivessem bons costumes, ou seja, "seriam excluídas da matrícula as crianças de "notórias mãos costumes"; as que padecessem de moléstia contagiosa ou repugnante; "as imbecis e os que, por defeito orgânico, forem incapazes de receber instrução no estabelecimento"; e as que não tivessem sido vacinadas" (SILVA, ANO, p. 185). As normas estabeleciam, claramente, o impedimento da população mais carente de participar da educação dos Grupos Escolares, o que significa que além de este modelo



IV Colóquio de História da Educação

de escola separar as crianças por gênero, também segregava a população por classe social.

Cada sala deveria ser regida por um professor ou professora equivalente ao gênero da turma (fato que acabou gerando um grande problema para o estado, pois havia mais professoras do que professores no magistério, e elas passaram a reger aula nas turmas masculinas). Nestes prédios escolares, como lembram Inês e Ada (em entrevista realizada por... no ano de 1994), havia separação entre meninos e meninas em salas de aulas diferentes e também no pátio da escola, separados por um muro (IN SILVA, ANO, p. 183). O tempo de duração do curso escolar era de 4 anos e a grade curricular era composta por matérias que variavam entre aritmética até frações decimais, geografia do Brasil, história do Brasil, noções de física e ciências naturais, princípios da geometria, educação moral e cívica², ginástica e exercícios militares, música, desenho e trabalhos manuais (RELATÓRIO, 1911, p. 66).

Os primeiros prédios dos Grupos Escolares começaram a se tornar realidade em 1911. Os dois primeiros a serem construídos se localizavam em Florianópolis e Laguna. Logo também se criaram grupos na cidade de Joinville, Lages e Blumenau. Muito dos mobiliários dos Grupos Escolares (quadros, carteiras, cadeiras, estrados, etc.) foram adquiridos na América do Norte, provavelmente nos EUA, e também em São Paulo. O valor investido nos primeiros Grupos Escolares equivale ao triplo do valor gasto com educação no ano de 1910. Este fato nos faz pensar que a máquina financeira do estado não era frágil, mas para não exceder de forma exorbitante os gastos com educação, o estado enxugou onde pôde, principalmente, no vencimento dos professores.

4 Escolas Isoladas

As Escolas Isoladas eram aquelas que estavam alocadas na ponta da teia educacional do projeto de 1911, elas não se caracterizavam como órgãos pensantes, mas sim reprodutores do sistema. Enquanto nos centros urbanos passaram a funcionar os Grupos Escolares, “nos municípios de médio e pequeno porte – a grande maioria na época – continuaram funcionando as escolas isoladas e as escolas reunidas, de modelo

² “Convém ressaltar que, entre os conteúdos de Educação Moral e Cívica, os alunos deveriam ser ensinados a “ser leal à sua pátria e orgulhar-se della. [Ter] amor a pátria e como servil-la desdeciança” (SILVA, ANO, p. 186).



IV Colóquio de História da Educação

multisseriado e monodocente” (TEIVE, ANO, p.211). Isto é, nas diversas regiões do território catarinense, funcionavam as Escolas Isoladas, responsáveis pela educação das populações interioranas. Ainda em 1912, quando já haviam sido estabelecidas normas para a Instrução Pública, para os Grupos Escolares, para a fiscalização do ensino e para obras didáticas, as Escolas Isoladas ainda estavam em fase de adaptação (RELATÓRIO, 1912, p. 53).

Havia falta de material didático nestas escolas, pouca fiscalização e professores não habilitados. Uma realidade bastante diferente dos Grupos Escolares. O material didático demorava a chegar às escolas isoladas, pois se localizavam longe dos centros urbanos, os professores que não obedeciam ao sistema poderiam ser removidos para estas escolas e os inspetores escolares, por falta de verba, ou mesmo por falta de vontade, deixavam as escolas isoladas sem auxílio.

As Escolas Isoladas muito importantes para a solidificação dos ideais governamentais nos povoados catarinenses, não recebiam as mesmas atenções das escolas urbanas (Grupos Escolares, Escola Normal), ainda funcionavam em prédios inadequados e utilizavam mobiliários ultrapassados, antiquados e velhos. Segundo o governo, os móveis seriam trocados com o tempo, o que já estava acontecendo, prometendo haver construção de novas escolas ou aluguel de novos prédios. No entanto, a mudança foi iniciada pela Capital e arredores (RELATÓRIO, 1912, p. 54), e neste sentido as escolas do interior seriam as últimas a receber melhorias.

5 Escolas complementares

As Escolas Complementares foram criadas através do decreto nº 604, de 1911, e, assim como os outros modelos de escolas já apresentados, tinham um papel bem definido na estrutura educacional da reforma de Vidal Ramos. As Complementares tinham objetivos específicos e importantes para o governo, assim como fornecer a seus estudantes o complemento dos estudos obtidos nos Grupos Escolares e nas Escolas Isoladas, e levar às diferentes localidades do estado a possibilidade da formação de professores, principalmente para aqueles que não tinham condições de frequentar por longos anos a Escola Normal, localizada na capital (RELATÓRIO, 1912, p. 67). Já no relatório de 1914, as Escolas Complementares catarinenses não eram consideradas



IV Colóquio de História da Educação

estabelecimentos de ensino profissional, seu escopo era complementar o ensino dos alunos saídos dos Grupos Escolares e instigar novos candidatos ao magistério (RELATÓRIO, 1914 p. 165, 166).

A ideia da escola complementar era proporcionar a um maior número de pessoas o acesso ao ensino profissional, alimentando e preparando as mentes destes alunos ao ingresso no magistério. Neste sentido, para obter uma profissão regulamentada, os concluintes das Escolas Complementares precisavam ingressar nos últimos anos da Escola Normal para obter diplomação profissional. O atrativo da escola complementar, e que a tornou um instrumento importante para o governo, foi a normativa que estabelecia que os alunos do interior pudessem estudar a metade do curso do magistério em suas regiões e a outra metade na Capital do estado, quando deveriam ingressar na Escola Normal, ou seja, a formação na escola complementar dava acesso à Escola Normal, sem exames de admissão, daria também acesso à profissão de normalista, e gerava para os interioranos uma relativa economia de despesas, pois eles teriam maiores gastos se cursassem os quatro anos da Escola Normal de Florianópolis.

As Escolas Complementares eram um meio de o estado angariar maior número de indivíduos interessados no magistério, e, conseqüentemente, formar professores para compor o seu quadro deficitário de profissionais qualificados, para atuarem de acordo com o modelo de educação que estava se implantando. As Escolas Complementares tinham como objetivo preencher as lacunas do ensino que as escolas particulares não atendiam, principalmente nas cidades do interior (RELATÓRIO, 1914, p. 166).

Apesar de ter a função de absorver os alunos do interior do estado, as Escolas Complementares não funcionavam em muitas cidades catarinenses, elas só poderiam ser criadas onde houvesse Grupos Escolares, e só poderiam ser instaladas posteriormente à construção e instalação destes grupos (RELATÓRIO, 1912, p. 67, 68). O funcionamento das Escolas Complementares acontecia nos prédios dos Grupos Escolares e com horários (períodos) diferentes, cujo material didático e estrutura eram compartilhados entre as duas instituições, ocasionando uma boa economia para o estado. Em 1914, funcionavam apenas 3 Escolas Complementares, localizadas em Laguna, Joinville e Lages. Pode-se observar que as Escolas Complementares eram



IV Colóquio de História da Educação

importantes para o governo estadual, pois tinham um baixo custo de manutenção e um papel fundamental na absorção de pessoal interessado na profissionalização.

As Escolas Complementares tinham três anos de duração e a grade escolar dessa instituição era composta pelas mesmas disciplinas dos dois primeiros anos da Escola Normal. Em se tratando das regras básicas para as matrículas nas Escolas Complementares, os alunos precisavam apenas de um diploma de um Grupo Escolar, ou ter cursado uma Escola Isolada e ter sido aprovado em exame de arguição oral.

Referências

ESTADO DE SANTA CATARINA, Coleção de Decretos e Atos de 1910 a 1913. Florianópolis: Gab. Tip. D'O Dia, 1916.

FREIRE, Ana Paula da Silva; SANTOS, Ademir Valdir. **Políticas e práticas na escola primária catarinense (1911-1945): pedagogia tradicional ou escolanovista?**. São Paulo: EccoS Revista Científica, 2014.

PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. **Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a Reforma Orestes Guimarães (1911-1935)**. Florianópolis: Revista Linhas (UDESC). 2009.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos (Governador do Estado de Santa Catarina) pelo Tenente Coronel Caetano Vieira da Costa (Secretário Geral). Florianópolis, 30 de junho de 1911 e 31 de maio de 1912.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos (Governador do Estado de Santa Catarina) pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis. Florianópolis, maio de 1914.

SILVA, Vera Lucia Gaspar. **Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930)**. Uberlândia: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Grupo escolar e governamentalidade liberal Moderna: nova forma escolar, novos dispositivos, novas subjetividades**. Campo Grande: Série-Estudos, 2009.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista” - cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense: 1911-1935)**. Florianópolis: Insular, 2008.